



CIDADE EM ACÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, E.M., S.A.

Relatório de Gestão e Contas

2013

Ponta Delgada

25 de março de 2014

Índice

I - Relatório de gestão

II - Balanço

III - Demonstração dos resultados por naturezas

IV - Demonstração das variações no capital próprio

V - Demonstração dos fluxos de caixa

VI - Anexo às demonstrações financeiras

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

VIII - Certificação Legal das Contas

I - Relatório de Gestão



Relatório do Conselho de Administração

1. Caracterização do meio envolvente

As atuais projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade no período 2014-2015, após uma contração acumulada de cerca de 6 por cento no período 2011-2013, num contexto de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas. Este processo deverá ocorrer num quadro de manutenção de condições regulares de financiamento da economia, ao longo do referido.

A progressiva e hipotética recuperação da procura interna, dependerá da evolução do consumo público e do consumo privado, a qual continuará, no entanto, a ser condicionada pelo processo de consolidação orçamental e de desalavancagem do setor privado, bem como pela manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho.

As exportações deverão manter um crescimento forte, suportado pela recuperação da procura externa, embora com um ritmo inferior ao observado no período anterior à crise financeira. Importa referir que as exportações têm desempenhado um papel crucial no ajustamento da economia portuguesa, apesar do crescimento relativamente limitado da atividade económica mundial observado no período 2011-2013.

Em resumo, o contexto macroeconómico interno, dependerá fortemente do comportamento das exportações, dado que se prevê nos próximos anos que o consumo interno continuará débil, continuando a ser o parente pobre da recuperação económica, derivado essencialmente do excessivo endividamento global da economia portuguesa (que em 31 de dezembro de 2013, atingiu a quantia de 736 mil milhões de



CIDADE EM ACÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, E.M., S.A.

euros, ou seja 445% do PIB) o que obrigará a alocar importantes recursos financeiros para o serviço a dívida.

2. - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA EMPRESA

A CIDADE EM ACÇÃO, pessoa coletiva com o número 512.088.845, com sede no Caminho da Levada nº 134, 9500 -081 Ponta Delgada, teve o seu início de atividade em fevereiro de 2006, tendo como objeto a conceção e construção do futuro Parque Urbano de Ponta Delgada, localizado a norte da 2ª Circular de Ponta Delgada, confinado entre o Caminho da Levada e o Caminho do Pico do Funcho.

Na prossecução do seu objeto social, a sociedade concretizou o Parque Urbano, encontrando-se este Equipamento Coletivo já edificado na referida área, mostrando já nesta fase a sua mais-valia para o bem-estar da população local, estando já em funcionamento o Driving Range e o restaurante do Club House em regime de concessão a privados.

O Parque Urbano de Ponta Delgada, desenvolve-se numa área de 20,2 hectares, o que lhe confere uma dimensão única e ímpar no panorama regional.

A CIDADE EM ACÇÃO, igualmente por delegação do acionista único, procede à exploração e manutenção do estacionamento público da cidade de Ponta Delgada, obtendo por este via recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida de médio e longo prazo era de 14,6 milhões de euros.



- Estrutura Societária – Situação a 31 de dezembro de 2013

O capital social da empresa é de 103.319,00€, representado por 103.319 acções de 1 Euro cada, subscrito do seguinte modo:

Estrutura Acionista

Entidade	Acções	Valor	Percentagem
Câmara Municipal de Ponta Delgada	103.319	103.319,00 €	100%

À data do presente relatório, todo o capital da Sociedade encontra-se realizado.

Ao nível de recursos humanos, a sociedade contava no seu quadro em 31 de dezembro de 2013 com 9 trabalhadores, incluindo um Diretor Geral que exerce, desenvolve e implementa toda a atividade operacional da empresa, assessorado em termos de secretariado por uma técnica superior. Trata-se efetivamente de uma estrutura ligeira e minimalista em termos operacionais.

Durante o ano de 2013, o quadro de pessoal foi reduzido em 2 funcionários (com funções de jardineiros).

Assim, na área da manutenção e conservação do Parque Urbano estão adstritos, 6 operacionais e um chefe de jardinagem, o que significa que para uma área de 200.000 m², um rácio de 33.000 m² para cada um dos operacionais de jardinagem, obrigando a um alto rendimento na operacionalização de todas as operações para que o Parque Urbano se apresente nas perfeitas condições de utilização e limpeza.

O Conselho de Administração é composto por 2 elementos, o qual reúne mensalmente para acompanhar a gestão da sociedade, bem como avaliar, acompanhar e decidir sobre toda a atividade da empresa.

2 - FATOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após 31 de dezembro de 2013 e até à presente data, não ocorreram fatos financeiros, económicos e patrimoniais relevantes que influenciassem os resultados de 2013.



3 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ATIVIDADE

A evolução do funcionamento da CIDADE EM ACÇÃO irá manter-se nos mesmos moldes do funcionamento atual, com a exploração do estacionamento de superfície e coberto da cidade de Ponta Delgada e do Parque Urbano de Ponta Delgada.

4 - BREVE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

- Procedeu-se ao cálculo das Amortizações e Reintegrações às taxas do Decreto Regulamentar nº25/2009, apurando-se neste exercício o valor de 28.801,98 euros.
- O ativo líquido da empresa, em 31 dezembro de 2013, situou-se nos 14,9 milhões de euros.
- Os encargos financeiros totalizaram 330 mil euros.
- Os custos de funcionamento operacionais da empresa em 2013 totalizaram 340 mil de euros.
- O ativo não corrente a 31 de dezembro de 2013 totalizava os 14,725 milhões de euros.

5 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Foi apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 um resultado líquido de 2.733,98 euros.

É garantido no exercício de 2013 o equilíbrio das contas da sociedade nos termos definido no artigo 40º nº1 da lei 50/2012, de 31 de agosto.



CIDADE EM ACÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, E.M., S.A.

É proposta pelo Conselho de Administração a aplicação dos resultados líquidos do exercício da seguinte forma:

- Resultados transitados 733,98 euros;
- Reservas legais 2.000,00 euros

Como nota final, a Administração aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram.

Ponta Delgada, 25 de março de 2014

O Conselho de Administração

Eng^a. Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz

Dr. Pedro Filipe Rodrigues Furtado

II - Balanço

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

	NOTAS	31.12.2013	31.12.2012
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	148.544,70	176.497,88
Outros ativos financeiros	8	14.215.746,17	14.549.039,25
Ativos por impostos diferidos		-	-
		<u>14.364.290,87</u>	<u>14.725.537,13</u>
Ativo corrente			
Inventários		-	-
Clientes	9	27.871,55	166.069,22
Estado e outros entes públicos	10	4.853,90	6.190,69
Outras contas a receber	9	1.082,99	28,86
Diferimentos	11	4.145,48	3.454,18
Outros ativos financeiros	8	564.018,60	537.142,86
Caixa e depósitos bancários	4	29.671,31	20.944,02
		<u>631.643,83</u>	<u>733.829,83</u>
Total do ativo		<u>14.995.934,70</u>	<u>15.459.366,96</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	6 e 12	103.319,00	103.319,00
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Reservas	12	6.686,14	3.686,14
Resultados transitados	12	68.370,91	45.159,86
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações no capital próprio		-	-
		<u>178.376,05</u>	<u>152.165,00</u>
Resultado líquido do período		2.733,98	26.211,05
Total do capital próprio	12	<u>181.110,03</u>	<u>178.376,05</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos	13	14.064.921,49	14.651.428,56
Passivos por impostos diferidos		-	-
Outras contas a pagar		-	-
		<u>14.064.921,49</u>	<u>14.651.428,56</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	14	12.816,60	8.425,54
Estado e outros entes públicos	10	33.212,21	24.340,34
Financiamentos obtidos	13	595.461,64	554.075,92
Outras contas a pagar	14	108.412,73	42.720,55
Diferimentos	11	-	-
		<u>749.903,18</u>	<u>629.562,35</u>
Total do passivo		<u>14.814.824,67</u>	<u>15.280.990,91</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>14.995.934,70</u>	<u>15.459.366,96</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

III - Demonstração dos resultados

**CIDADE EM ACÇÃO**

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, E.M., S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2013	2012
Vendas e serviços prestados	15	397.767,05	900.405,71
Trabalhos para a própria empresa		-	-
Subsídios à exploração		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	16	(153.330,00)	(160.362,18)
Gastos com o pessoal	17	(181.879,59)	(157.952,30)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(24.423,59)	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	18	20.436,13	8.122,66
Outros gastos e perdas	19	(4.804,73)	(18.573,20)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		53.765,27	571.640,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(28.801,98)	(28.329,63)
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24.963,29	543.311,06
Juros e rendimentos similares obtidos	8 e 15	316.714,22	-
Juros e gastos similares suportados	20	(330.943,53)	(510.305,94)
Resultado antes de impostos		10.733,98	33.005,12
Imposto sobre o rendimento do período	10	(8.000,00)	(6.794,07)
Resultado líquido do período		2.733,98	26.211,05
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		2.733,98	26.211,05
Interesses minoritários		0,00	0,00
		2.733,98	26.211,05
Resultado por acção básico		0,03	0,25

O Técnico Oficial de Contas**O Conselho de Administração**

IV - Demonstração das variações no capital próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

DESCRICÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
A 1 de Janeiro de 2012		103.319,00	0,00	815,14	0,00	44.163,46	0,00	0,00	0,00	0,00	3.867,40	152.165,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Alterações de políticas contabilísticas	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação dos resultados de 2011		0,00	0,00	2.871,00	0,00	996,40	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.867,40)	0,00
Excedentes de revalorização de activos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	2.871,00	0,00	996,40	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.867,40)	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
											0,00	26.211,05
RESULTADO INTEGRAL											0,00	26.211,05
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2012		103.319,00	0,00	3.686,14	0,00	45.159,86	0,00	0,00	0,00	0,00	26.211,05	178.376,05
A 1 de Janeiro de 2013		103.319,00	0,00	3.686,14	0,00	45.159,86	0,00	0,00	0,00	0,00	26.211,05	178.376,05
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(26.211,05)	0,00
Aplicação dos resultados de 2012		0,00	0,00	3.000,00	0,00	23.211,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de activos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	3.000,00	0,00	23.211,05	0,00	0,00	0,00	0,00	(26.211,05)	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
											0,00	2.733,98
RESULTADO INTEGRAL											0,00	2.733,98
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2013		103.319,00	0,00	6.686,14	0,00	68.370,91	0,00	0,00	0,00	0,00	2.733,98	181.110,03

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



V - Demonstração dos fluxos de caixa



CIDADE EM ACÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

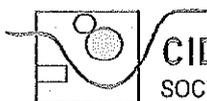
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

RUBRICAS	NOTAS	2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		244.293,30	4.529,21
Pagamentos a fornecedores		(186.101,38)	(311.107,13)
Pagamentos ao pessoal		(165.807,27)	(146.671,40)
		Caixa gerada pelas operações	(107.615,35)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(12.353,10)	(429,44)
Outros recebimentos/(pagamentos)	8	1.002.225,05	1.435.846,45
Fluxos de caixa das actividades operacionais		882.256,60	982.167,69
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		50.000,00	81.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(587.142,68)	(568.345,20)
Juros e gastos similares		(336.386,63)	(512.171,55)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		(873.529,31)	(999.516,75)
Variação de caixa e seus equivalentes		8.727,29	(17.349,06)
Caixa e seus equivalentes no início do período		20.944,02	38.293,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	29.671,31	20.944,02

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

VI - Anexo às demonstrações financeiras



Anexo às demonstrações financeiras exercício de 2013 e 2012

1. Introdução

A **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, E.M., S.A.**, adiante designada **CIDADE EM ACÇÃO**, é uma entidade empresarial local, de natureza municipal, constituída pelo município de Ponta Delgada, que tem por objeto social a promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura e desporto, bem como na promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano.

A **CIDADE EM ACÇÃO** rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições previstas para o setor empresarial municipal, nomeadamente pela lei nº 50/2012, de 31 de Agosto e pelo código da contratação pública.

A **CIDADE EM ACÇÃO**, como proprietária plena dos terrenos onde está edificado o Parque Urbano e as respetivas infraestruturas complementares e responsável pela gestão, promoção e fiscalização do estacionamento público urbano da Cidade de Ponta Delgada, manterá a administração e exploração dos espaços concessionados nos termos e condições de viabilidade económica e financeira que se considerarem mais consentâneas com a natureza deste empreendimento, obtendo receitas operacionais que permitem cobrir as necessidades de financiamento derivadas dos fluxos financeiros operacionais, garantindo a manutenção do seu equilíbrio operacional anual.

A **CIDADE EM ACÇÃO** foi constituída em 16 de dezembro de 2005, com um capital social de 50.000 euros, então detido pela empresa municipal **ACÇÃO PDL – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social, E.M.**, sociedade que era detida exclusivamente pela Câmara Municipal de Ponta Delgada que entretanto foi incorporada através de uma fusão com a conseqüente transferência do património, observando-se os valores contabilísticos apurados em 31 de agosto de 2010. Os ativos e passivos que foram integrados na esfera patrimonial da **CIDADE EM ACÇÃO** à data da fusão deram uma origem a uma diferença de 53.319 euros que foi incorporada no capital social da **CIDADE EM ACÇÃO**, capital social que ficou integralmente na posse da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que era também a detentora da totalidade do capital social da sociedade incorporada que se extinguiu naquele processo de fusão.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro do novo modelo de normalização contabilística designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor para o exercício iniciado em 1 de janeiro de



2010 e baseadas na estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC. Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transacções ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas todos os anos, salvo indicação em contrário.

(a) Bases de apresentação

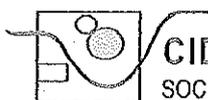
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

(b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos de financiamentos obtidos e dos encargos de estrutura diretamente relacionados com a construção e desenvolvimento de ativos fixos tangíveis são considerados como parte integrante do custo desses ativos até data da sua conclusão.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes e em conformidade com o período de vida útil estimado que se indica abaixo que são objecto de revisão anual, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados:

	Anos
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 8



Os dispêndios subsequentes com a manutenção e reparação dos ativos fixos tangíveis que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos.

O ganho ou a perda decorrente da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis, determinada como a diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada, é reconhecido em resultados no momento da sua ocorrência.

(c) Imparidade de ativos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(d) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando as houver.

(e) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.



(f) Outras contas a receber e a pagar

As outras contas a receber e a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As outras contas a receber e a pagar são classificadas no ativo corrente e passivo corrente, exceto se a realização ou liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(g) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após a data de relato.

(h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A CIDADE EM ACÇÃO desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A CIDADE EM ACÇÃO desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(i) Caixa e equivalentes a caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

(j) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato.

(k) Rédito

O rédito no âmbito do campo da sua atuação que compreende a construção, manutenção, administração e exploração do Parque Urbano e de outros equipamentos municipais e as respetivas infraestruturas



complementares é assegurado por receitas próprias do estacionamento público de ponta delgada e e pela receita associada ao pagamento de uma quantia variável mensal baseada nas necessidades mínimas de financiamento dos fluxos financeiros operacionais, de investimento e de financiamento, assumindo a natureza de compensação dos gastos independente da sua utilização. O rédito assume uma relação variável com os serviços de construção, de exploração e manutenção incorridos e os correspondentes gastos de financiamento associados a esses serviços.

(l) Contratos de construção

Os gastos e rendimentos são reconhecidos por referência à percentagem de acabamento do contrato de construção na data de relato, quando possível estimar com fiabilidade o resultado do contrato. Em caso de não ser fiável a estimativa do resultado do contrato de construção, o rédito é reconhecido até à concorrência dos gastos do contrato que se espera recuperar e que são reconhecidos no período em que a são incorridos.

Para o reconhecimento dos rendimentos e gastos relativos aos contratos de construção é adotado o método da percentagem de acabamento, através do qual os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da percentagem de acabamento da obra no final de cada período, determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados nas obras.

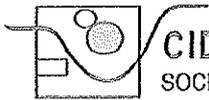
As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas na rubrica de outros ativos financeiros ou diferimentos consoante a natureza da diferença. À data do balanço é constituída uma provisão para a perdas estimadas nos contratos de construção em curso.

(m) Subsídios governamentais e outros

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma certeza razoável que na Empresa irá cumprir com as condições associadas à sua atribuição. Os subsídios que compensam despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas e os que compensam a aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil estimada.

(n) Especialização de custos e proveitos

As despesas e receitas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Outras contas a pagar e a receber e diferimentos.



(o) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

(p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) possa estimar fiavelmente o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

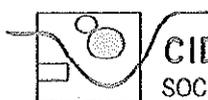
Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

(q) Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

(r) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de



condições que surgiram após essa data não dão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Numerário	200	200
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>29.471</u>	<u>20.744</u>
	<u>29.671</u>	<u>20.944</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

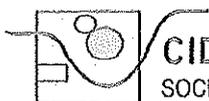
Durante o ano de 2013, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2012, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

O capital social da CIDADE EM ACÇÃO é de 103.319 euros, representado por 103.319 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário pela Câmara Municipal de Ponta Delgada. As transações e saldos pendentes mantidos com o acionista único está refletidas na Nota 8.

7. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido durante o ano nos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2013 e 2012, compreendem:



	31 de Dezembro de 2013			
	Saldo em 01-01-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-12-2013
Custo:				
Equipamento básico	228.616	790	-	229.406
Equipamento administrativo	5.648	-	-	5.648
Outros ativos tangíveis fixos	5.179	-	-	5.179
	<u>239.443</u>	<u>790</u>	<u>-</u>	<u>240.233</u>
Depreciações acumuladas				
Equipamento básico	57.219	27.391	-	84.610
Equipamento administrativo	4.746	395	-	5.141
Outros ativos fixos tangíveis	981	957	-	1.938
	<u>62.945</u>	<u>28.743</u>	<u>-</u>	<u>91.688</u>
Valor líquido	<u>176.498</u>			<u>148.545</u>

	31 de Dezembro de 2012			
	Saldo em 01-01-2012	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-12-2012
Custo:				
Equipamento básico	197.406	31.210	-	228.616
Equipamento administrativo	5.183	465	-	5.648
Outros ativos tangíveis fixos	3.129	2.050	-	5.179
	<u>205.718</u>	<u>33.725</u>	<u>-</u>	<u>239.443</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	56	1.500	-	1.556
Equipamento básico	30.498	25.165	-	55.663
Equipamento administrativo	3.853	893	-	4.746
Outros ativos tangíveis fixos	209	772	-	981
	<u>34.616</u>	<u>28.330</u>	<u>-</u>	<u>62.945</u>
Valor líquido	<u>171.103</u>			<u>176.498</u>

8. Outros ativos financeiros

A CIDADE EM ACÇÃO é remunerada de acordo com as ações que desenvolve na manutenção e exploração de equipamentos urbanos de interesse municipal, designadamente o Parque Urbano, bem como na prestação de outros serviços conexos e necessários ao desenvolvimento desses equipamentos. A remuneração não é variável com base em qualquer pressuposto quantitativo do grau de utilização desses equipamentos e está estabelecida para financiar todos os gastos operativos e financeiros associados à manutenção, exploração e administração desses equipamentos de natureza diversa. O movimento nesta rubrica pode ser assim detalhado:



	2013	2012
Saldo inicial	15.086.183	15.639.091
Aquisições de terrenos	-	86.414
Rédito do ano (Nota 15)	481.723	900.406
Parque da Avenida	406.236	398.572
Recebimentos no ano	<u>(1.194.377)</u>	<u>(1.938.300)</u>
	<u>14.779.765</u>	<u>15.086.183</u>
Corrente	564.019	537.143
Não corrente	<u>14.215.746</u>	<u>14.549.040</u>
	<u>14.779.765</u>	<u>15.086.183</u>

A classificação do saldo em termos de realização está em consonância com as necessidades financeiras da CIDADE EM ACÇÃO,

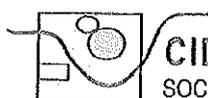
Os meios financeiros anuais relativos aos compromissos assumidos com a construção e gestão do parque de estacionamento da Avenida Infante D. Henrique cedido a um parceiro privado em regime de direito de superfície pelo prazo de trinta anos foram igualmente disponibilizados pelo Município no montante de 406.236 euros (em 2012 - 398.572 euros). Em Outras contas a pagar existe de 74.084 euros que corresponde a uma parcela desta que não foi entregue ao parceiro privado em 2013 (Nota 14).

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos financeiros assumidos a este respeito são de 13.401.442 euros, sendo de capital de 6.893.545 euros e restante de juros e impostos durante 51 prestações semestrais, vencendo-se a última prestação em 2039.

9. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo de clientes e outras contas a receber resume-se como segue:

	2013	2012
Clientes		
Câmara Municipal de Ponta Delgada	-	161.820
Outros	52.295	4.249
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(24.424)</u>	-
	<u>27.872</u>	<u>166.069</u>
Outras contas a receber		
Pessoal	-	29
Outros	1.083	-
Processo judicial	20.082	20.082
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(20.082)</u>	<u>(20.082)</u>
	<u>1.083</u>	<u>29</u>



Em 31 de dezembro de 2013 foram constituídas por imparidades no montante de 24.424 euros para os saldos identificados de difícil recuperabilidade.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

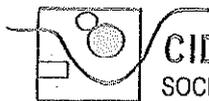
	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos por conta	-	(6.896)	1.337	-
Estimativa de IRC a pagar	-	8.000	-	6.794
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	-	-	774
Trabalho independente	-	-	-	32
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	-	-	-	-
IVA - a pagar	-	32.108	-	12.966
Contribuições para a segurança social	-	-	-	3.774
Saldos a regularizar	4.854	-	4.854	-
	<u>4.854</u>	<u>33.212</u>	<u>6.191</u>	<u>24.340</u>

A CIDADE EM ACÇÃO está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa reduzida a aplicar para determinação do IRC é de 17,5%. Como estabelecido na Lei das Finanças Locais, a CIDADE EM ACÇÃO está também sujeita à derrama fixada pelo município até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Os impostos sobre o rendimento compreendem a estimativa de IRC a pagar de 8.000 euros e 6.794 euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.



O montante de 4.854 euros diz respeito a situações que transitam da fusão relacionadas sobretudo com pagamentos por conta realizados pela sociedade incorporada que se aguarda a sua recuperação.

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica compreende:

	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Seguros liquidados	4.145	-	3.454	-
	<u>4.145</u>	<u>-</u>	<u>3.454</u>	<u>-</u>

12. Capital realizado e reservas

O capital social da CIDADE EM ACÇÃO é de 103.319 euros, representado por 103.319 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

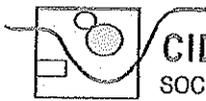
As acções representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Em 22 de março de 2013, foram aprovadas em Assembleia Geral as contas relativas ao exercício de 2013, sendo o resultado líquido apurado de 26.211 euros, que foram mantidos em Resultados transitado, deduzido de uma transferência para Reservas legais de 3.000 euros.

13. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2013, existia uma dívida com exigibilidade superior a um ano relacionada com o financiamento bancário que foi utilizado até ao montante máximo de 16.500.000 euros, vencendo juros à taxa anual Euribor de 6 meses, acrescida de uma margem de 1,75% pontos percentuais que será reembolsado em prestações semestrais de capital e juros, sucessivas e iguais.

A classificação no passivo do financiamento bancário está baseada na sua exigibilidade contratual que resume-se como se segue (por anos):



Anos	Valor
2014	587.143
2015	637.143
2016	687.143
2017	737.143
2018	787.143
2019 e seguintes	<u>11.215.714</u>
	<u>14.651.429</u>

Em 31 de dezembro de 2013, existia também um contrato de locação financeira, cujo saldo a pagar totalizava 8.955 euros que será liquidado durante o ano de 2014, acrescido de juros no montante de 218 euros. O valor residual de 636 euros será liquidado em 10 de janeiro de 2014.

14. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 as rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Fornecedores		
Outros	<u>12.817</u>	<u>8.426</u>
Outras contas a pagar		
Fornecedores de imobilizado	-	8.807
Remunerações a liquidar	21.900	12.676
Juros a liquidar	8.861	10.128
Parque de estacionamento (Nota 8)	74.084	10.007
Outros	<u>3.567</u>	<u>1.103</u>
	<u>108.413</u>	<u>42.721</u>

15. Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o rédito reconhecido resulta de:



	2013	2012
Serviços de gestão e fiscalização do estacionamento público urbano	232.759	-
Serviços de manutenção e operação (Nota 8)	<u>165.008</u>	<u>900.406</u>
	397.767	900.406
Juros e rendimento similares obtidos (Nota 8)	<u>316.714</u>	<u>0.000</u>
	<u>714.482</u>	<u>900.406</u>

Em 2013, a CIDADE EM ACÇÃO assumiu os serviços de gestão e fiscalização do estacionamento público urbano da de Ponta Delgada.

16. Fornecimentos e serviços externos

Os Fornecimentos e serviços externos dos anos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 detalham-se conforme se segue:

	2013	2012
Subcontratos	50.316	-
Trabalhos especializados	21.605	16.146
Honorários	770	1.441
Conservação e reparação	32.628	88.925
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	383	643
Electricidade	15.165	13.568
Combustíveis	6.961	8.907
Água	1.215	1.723
Deslocações, estadas e transportes	2.768	8.613
Outros	<u>21.519</u>	<u>20.396</u>
	<u>153.330</u>	<u>160.362</u>

17. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 detalham-se conforme se segue:



	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	49.693	41.971
Remunerações do pessoal	93.008	86.764
Encargos sobre remunerações	36.897	26.776
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.668	932
Outros	614	1.508
	<u>181.880</u>	<u>157.952</u>

Em 31 de dezembro de 2013, estavam nove trabalhadores ao serviço da CIDADE EM ACÇÃO (em 2012 - onze trabalhadores).

18. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos têm a seguinte composição:

	2013	2012
Rendimentos suplementares	15.115	6.912
Correcções relativas a exercícios anteriores	5.322	510
Outros	-	700
	<u>20.436</u>	<u>8.123</u>

Na rubrica Rendimentos suplementares estão registados diversas receitas incluindo a relacionada com a cessão de exploração do restaurante do Parque Urbano.

Em Correções relativas a exercícios anteriores está escriturado a anulação do IMI estimado em anos anteriores numa base que entretanto foi corrigida.

19. Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de outros gastos e perdas têm a seguinte composição:

	2013	2012
Impostos		
IMI	642	16.171
Indirectos	721	708
Taxas	177	174
	<u>1.540</u>	<u>17.053</u>
Outros	3.265	1.521
	<u>4.805</u>	<u>18.573</u>



20. Juros e gastos similares

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica resume-se como segue:

	2013	2012
Juros suportados		
De financiamentos obtidos	317.637	490.423
De mora e compensatórios	428	240
Imposto selo sobre os juros	12.878	19.643
Outros	-	-
	<u>330.944</u>	<u>510.306</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**



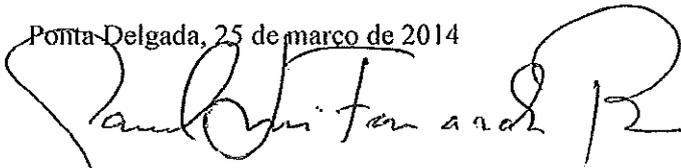
Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo da **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, E.M., S.A.**, respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e de outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da **CIDADE EM ACÇÃO** tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da **CIDADE EM ACÇÃO**.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013; e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 25 de março de 2014



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n° 652)

VIII - Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **CIDADE EM ACCÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, E.M., S.A.** as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de balanço de 14.995.935 euros e um total de capital próprio de 181.110 euros, incluindo um resultado líquido de 2.774 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são

adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

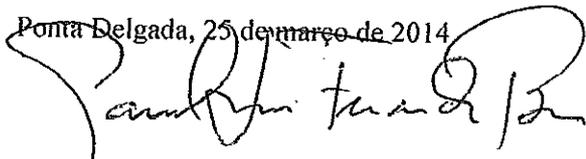
Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CIDADE EM ACCÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Ponte Delgada, 25 de março de 2014



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n.º 652)